TL5992

COMUNICAÇÃO POR FAX

De: **CDPM**
Fax: 351-1-3172870
Tel: 351-1-3172860
Data: 17 / 01 / 2000

Para: **À Redacção**
Fax:
Nº. Pág.: 1+1

Rua Pinheiro Chagas, 77, 2º esq.
1069-069 Lisboa

COMUNICADO DE IMPRENSA

CDPM condena levantamento do embargo militar à Indonésia

De acordo com a imprensa, citando fontes diplomáticas portuguesas em Bruxelas, a União Europeia prepara-se para aprovar o levantamento do embargo de venda de armas à Indonésia. Segundo essa notícia, será Portugal, que apoia a referida decisão, a apresentar a proposta à próxima reunião do Conselho de Ministros de Negócios Estrangeiros da UE, em 24 e 25 de Janeiro.

A confirmar-se esta informação, a Comissão para os Direitos do Povo Maubere (CDPM) considera tal facto lamentável.

A suspensão da venda de armas e da cooperação militar da UE com a Indonésia foi adoptada em 16 de Setembro, na sequência da onda de destruição e morte que varreu Timor Leste após a consulta popular de 30 de Agosto. A medida, que se mantém válida até 17 de Janeiro, é posterior a idêntica tomada de posição dos Estados Unidos e da Austrália (ainda em vigor), e funcionou como uma medida política de carácter punitivo perfeitamente selectivo, em relação aos principais responsáveis pela tragédia, as Forças Armadas indonésias (TNI).

As razões que há quatro meses justificaram o embargo permanecem hoje totalmente válidas. Se a entrada da Interfet no território permitiu parar a orgia de violência, cerca de 150 mil timorenses continuam ainda na Indonésia, impedidos de regressar a casa. Estiolam em campos miseráveis, onde centenas morreram já de doenças e de fome, sujeitos à intimidação constante de milícias apoiadas, hoje como no passado, pelos seus mentores das TNI; continuando por cumprir as promessas de dissolução e desarmamento das mesmas. De acordo com os números de retornos divulgados pela ONU, o ritmo de regressos é presentemente o mais baixo de sempre, apesar de todas as garantias indonésias em contrário.

A responsabilização das chefias militares indonésias pela sua intervenção criminosa em Timor Leste continua por realizar. Recusaram-se a cooperar com a Comissão de Inquérito da ONU e a sua postura no inquérito conduzido na própria Indonésia pela KPP-HAM tem primado pela arrogância e displicência. Não só não houve a aplicação de qualquer sanção como, sem excepção, todos os principais responsáveis militares intervenientes nos acontecimentos de Timor Leste foram promovidos nos últimos meses.

O comportamento das chefias das TNI é presentemente o mais sério factor de risco da jovem democracia nesse país. Os seus dirigentes opõem-se à reforma da instituição militar, saneiam os poucos oficiais reformistas existentes, contestam abertamente os poderes constitucionais do presidente Wahid, fazem ameaças veladas de golpe de Estado.

O dirigente do CNRT, José Ramos Horta, ao dirigir-se ao Comité de Negócios Estrangeiros do Parlamento holandês em 5 de Novembro apelou inequivocamente ao prolongamento das sanções, afirmando que "um embargo é necessário até que as TNI se subordinem a um controlo democrático".

A posição de Portugal e da UE é uma medida que em nada beneficia o povo indonésio ou o povo timorense. Sendo apresentada como um gesto de "boa vontade" para com a Indonésia é na realidade um forte sinal político para os generais de Jacarta, a quem envia a pior das mensagens, a de que a UE aceita e tolera o seu comportamento passado e presente e que os absolveu pelos crimes cometidos. Ao mesmo tempo, desautoriza na prática os sectores reformistas e democráticos naquele país, com o presidente Wahid à cabeça, e cria bases para um futuro de ainda maior incerteza, seja em Timor, seja na Indonésia. Falta, enfim, explicar como se acomoda esta decisão da UE com a tomada de posição do Parlamento Europeu, que em 16 de Dezembro aprovou por unanimidade uma resolução pedindo a extensão do embargo para além de 17 de Janeiro.

A CDPM considera extremamente grave o fim do embargo e solicita explicações ao Governo Português em relação à sua postura na matéria. De acordo com os dados disponíveis, e fazendo fé na posição portuguesa noticiada, a única leitura possível para esta decisão reside num favor feito por Portugal a um grupo de países desejosos de reatar o lucrativo negócio da venda de armas à Indonésia, que inclui o Reino Unido, a França e a Holanda, conforme comprovado por declarações recentes do MNE adjunto inglês, John Battle.

A CDPM exige:

- Uma explicação cabal do Governo português sobre o assunto;
- Que o Governo português mantenha a sua oposição ao levantamento do embargo;
- Uma tomada de posição clara dos Europarlamentares portugueses e respectivos partidos.

A CDPM apela:

- À opinião pública para exprimir por todas as formas ao seu dispor o seu desagrado face à decisão adoptada.

Lisboa, 17 Janeiro 2000